

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: Ministério Público do Trabalho, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região e a Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. PGEA 1168.2018.12.900/7; Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 anos. Data e assinatura: 09/12/2019. Quêzia de Araújo Duarte Nieves Gonzalez, Procuradora-Chefe e Alexandre Marino Costa, Pró-Reitor de Ensino de Graduação.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PGEA nº 20.02.1300.0001061/2018-92. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019; CONTRATANTE: PRT-13ª Região/PB; CONTRATADA: RENAVIN, CNPJ Nº 15.305.955/0001-24; OBJETO: Inspeção veicular, a qual será realizada por empresa terceirizada pelo DETRAN-PB; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.47-10; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei Nº 8.666/93; RATIFICAÇÃO: Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Procurador-Chefe da PRT 13ª Região/PB.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 20/2018, firmado em 21/01/2019 entre a Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região e a empresa FB LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, CNPJ 01.600.190/0001-40, relativo à prestação de serviço de limpeza na PTM de Rio Branco/AC. Objeto: Prorrogação da vigência. Nova Vigência: 22/01/2019 a 21/02/2019. Fundamento legal: Lei nº 8666/93. PGEA nº 20.02.1400.0001031/2018-81. Signatários: Sra. Camilla Holanda Mendes da Rocha, Procuradora-Chefe, pela contratante, e Sr. Francisco Barboza de Melo, pela contratada.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: MPT PGEA 20.02.1500.0000087/2019-10- Inexigibilidade de Licitação. Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. Contratada: IMPRENSA NACIONAL. Objeto: publicação de portarias, extratos de contratos e outros documentos da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. Fundamento legal: art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93. Nota de Empenho: 2019NE000100. Assinatura: 28/01/2018. Vigência: até 31/12/2019. Autorização: Sandra Maria Aranha Ferreira- Diretora Regional. Ratificação: Drª. Maria Stela Guimarães de Martin - Procuradora-Chefe.

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Processo: MPT PGEA 000005.2018.15.900/1. Contratante: União Federal por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. Contratada: CLARO S.A. Objeto: rescisão amigável do contrato nº 23/2014, de prestação de serviços de telefonia móvel pós-pago, serviço móvel pessoal para Central Telefônica e placas de acesso à internet para a PRT 15ª Região, a partir de 21/12/2018. Assinatura: 21/12/2018. Assinam, pela Contratante: Dra. Maria Stela Guimarães De Martin, Procuradora-Chefe, e pela Contratada: Juliana Franco Jibrán Hsieh e Roberta Jerônimo Gonso.

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 65/2017

Processo: MPT PGEA 000148.2018.15.900/5. Contratante: União Federal por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. Contratada: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ 02.558.157/0001-62. Objeto: alteração do local de prestação dos serviços telefônico fixo comutado (STFC), contrato nº 65/2017, na modalidade local, para a PRT 15ª Região, a partir de 13/11/2018. Assinatura: 28/11/2018. Assinam, pela Contratante: Dra. Maria Stela Guimarães De Martin, Procuradora-Chefe, e pela Contratada: Flávio Cintra Guimarães e Carlota Braga de Assis Lima.

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 7/2018

Processo: MPT PGEA 000530.2018.15.900/0. Contratante: União Federal por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. Contratada: INOVAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 15.277.274/0001-08. Objeto: Repactuação do preço mensal do contrato nº 7/2018, de prestação de serviços garçonaria para a Sede desta Regional, cujo valor mensal passa a ser de R\$ 3.104,13, a partir de 1º/08/2018. Assinatura: 21/12/2018. Assinam, pela Contratante: Dra. Maria Stela Guimarães De Martin, Procuradora-Chefe, e pela Contratada: Ana Paula Afonso.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato n.º 09/2018, cujo objeto é Programa de aprendizagem do Ministério Público do Trabalho, firmado com a empresa CENTRO DE ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PROFISSIONAL, CNPJ 02.671.704/0001-11. Descrição: O termo visa o Alteração do valor mensal do contrato com redução de R\$ 956,61 para R\$ 855,70, com fundamento no inciso III do art. 55 da Lei 8.666/93. Processo: 107/2019-59. Assinam: Valério Soares Heringer - Procurador-chefe, pela contratante, e Elvira Nunes de Faria Gusmão, pela contratada, em 01/02/2019.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Nº Processo: 20.02.1800.0000534/2018-31. Contrato nº 01/2019. Contratantes: Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região e Advance System Elevadores Ltda CNPJ nº 07.296.500/0001-61 Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos condicionadores de ar instalados na Procuradoria Regional do Trabalho 18ª Região. Valor Global: R\$ 10.920,00 (Dez mil e novecentos e vinte reais). Vigência: 01/02/2020. Tiago Ranieri de Oliveira, como Procurador-Chefe e Wedson Carlos da Silva como Representante Legal da empresa. Assinatura em: 01/02/2019

AVISO DE PENALIDADE

Processo Nº 001455.2018.18.900/5

A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, por intermédio de sua DIRETORA REGIONAL EM EXERCÍCIO, decide aplicar à empresa VALADÃO ENGENHARIA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 28.251.827/0001-97, a penalidade de multa no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR NO ÂMBITO DA UNIÃO, pelo prazo de 02 (dois) anos, prevista no artigo 7º da Lei 10.520/2002, (Acórdão TCU nº 1.003/2015 - Plenário e artigo 40, § 3º, I, da IN SLTI MP 2/2010). Eventual recurso deve ser apresentado nos autos do processo em epígrafe, no endereço eletrônico: <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/login>

Goiânia, 1 de fevereiro de 2019.
ANA KAROLINE ALVES FRAGOSO VIANA
Diretora Regional em exercício

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2019 - UASG 200008

Nº Processo: 3000001006932/17. Objeto: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) para fornecimento, instalação e garantia de lança de proteção do tipo mandíbula para muros, incluindo fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo para a Procuradoria-Geral de Justiça Militar e Procuradoria de Justiça Militar em Brasília/DF, conforme condições do Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 04/02/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h55. Endereço: Setor de Embaixadas Norte, Lote Nº 43, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200008-5-00005-2019. Entrega das Propostas: a partir de 04/02/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/02/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital do Pregão poderá ser retirado nos sítios: www.comprasgovernamentais.gov.br ou <http://www.mpm.mp.br/pregao-eletronico/>.

CARLOS ALBERTO DE SOUSA LIMA
Coordenador de Licitações

(SIASGnet - 01/02/2019) 200008-00001-2019NE000036

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019 - UASG 200009

Nº Processo: 08191086689201809. Objeto: Registro de Preços, pelo prazo de até 12 meses, para eventual aquisição de coldres, porta carregadores, porta algemas, cintos táticos e algemas descartáveis.. Total de Itens Licitados: 8. Edital: 04/02/2019 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 607, Ed. Sede do Mpdft, Praça do Buriti - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200009-5-00011-2019. Entrega das Propostas: a partir de 04/02/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/02/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

MARLI DE SOUSA REGO
Pregoeira

(SIASGnet - 01/02/2019) 200009-00001-2019NE000020

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 006/2019-. Processo nº 08191.117930/2018-41. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: W.M.R.E COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA. - ME; CNPJ: 31.305.309/0001-13. Objeto: Ata tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento de açúcar, conforme especificações constantes do Edital que, para todos os efeitos, é parte integrante da Ata. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 3/2019. Vigência: 25/1/2019 até 24/1/2020. Valor Global: R\$ 29.118,24. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: RENATO LUQUEIZ SALLES, Secretário-Geral Adjunto; CONTRATADA: ROBERTO FERREIRA DIAS: Gerente Comercial. Data da assinatura: 25 de janeiro de 2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: Contrato nº 007/SG/MPDFT/2019. Processo nº 08191.078142/2018-21. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: JOSÉ LUIZ PEREIRA VIZEU; CNPJ: 052.122.458-69. Objeto: Credenciamento de leiloeiros para a prestação de serviços de alienação de bens móveis de propriedade do MPDFT por meio de licitação na modalidade de leilão., de acordo com as condições e as especificações do contrato e dos anexos do edital. Modalidade de Licitação: Credenciamento 1/2019, fundamentada na Lei nº 8.666/1993. Vigência: 5/2/2019 até 4/2/2020. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAUJO, Secretário-Geral, CONTRATADA: JOSÉ LUIZ PEREIRA VIZEU, Leiloeiro Público Oficial. Data da assinatura: 1º de fevereiro de 2019.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DE GESTÃO DE PROCESSOS E INFORMAÇÕES
SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO MARANHÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 17, DE 28 DE JANEIRO DE 2019

TC 020.075/2009-2 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA Organização de Desenvolvimento e Saúde Indígena do Emaranhame- ODSAI, CNPJ: 05.045.306/0001-88, na pessoa de seu representante legal Marinete Rodrigues de Sousa, CPF: 476.628.833-53, que o Acórdão 1634/2015-TCU-1ª Câmara, Sessão de 17/3/2015, Relator José Múcio Monteiro, foi retificado, por inexistência material, pelo Acórdão 14026/2018-TCU-1ª Câmara, Sessão de 6/11/2018, de mesma relatoria, proferidos em sede do processo TC 020.075/2009-2, que trata de Tomada de Contas, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, a condenou a recolher aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 28/1/2019: R\$ 694.864,59; sendo, R\$ 670.317,25 em solidariedade com os responsáveis Suluene Santana da Silva Sousa (CPF: 487.157.193-91), Salviano Marciano Guajajara (CPF: 333.906.653-15), e R\$ 24.547,34 em solidariedade com a responsável Suluene Santana da Silva Sousa (CPF: 487.157.193-91). O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação. Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 20.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada monetariamente desde a data do Acórdão 1634/2015-TCU-1ª Câmara até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial. O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU). A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br> aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU). Informações detalhadas acerca do processo, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e dos cofres credores podem ser obtidas junto à SECEX-MA, localizada à Avenida Senador Vitorino Freire, 48 - Areinha - São Luís/MA, CEP 65030-015 - Telefones (98)3232-9970/9500, correio eletrônico: secex-ma@tcu.gov.br, ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

DANIEL MOREIRA GUILHON
Assessor

